

**TRANSCRIÇÃO DA 6ª CPI PRÓ-VIDA EM 18/03/2024**

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Boa tarde a todos, boa tarde público presente, internautas! Nós daremos início a partir desse momento à sexta reunião da Comissão Especial de Inquérito instaurada a partir da Portaria 177 de 2023. Cumprimento nesse Plenário, Excelentíssimo Senhor José de Freitas Cordeiro, ex-prefeito de Congonhas, muito obrigado pela presença do senhor, Zelinho, bem como a presença do Sandro Cordeiro também, que nos honra muito nesse Plenário, nessa tarde, gostaria antes de passar a palavra para as considerações iniciais dos nobres Edis, pedir à Secretaria que faça a leitura da ata da reunião anterior.

**Secretária Mariane Reis:** Quinta Reunião Especial de Inquérito nomeada pela Portaria 177 de 2023. Aos quatro dias do mês de março do ano de 2024, às 14 horas reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Congonhas os membros da Comissão Especial de Inquérito, nomeada pela Portaria CMC 177 de 2023, prorrogada pela Portaria CMC 228 de 2023, para dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito. Estando presentes os vereadores Vanderlei Eustáquio Ferreira, Presidente da Comissão José Bernardes de Souza, Averaldo Pereira da Silva, Eduardo Ladislau Marques, Eduardo Cordeiro Matosinhos, Lucas Santos Vicente e Emerson Ronan Inácio, iniciada a reunião foi realizada a leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, foi realizada a leitura do ofício encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Cláudio Antônio de Souza, Prefeito Municipal e o Ofício encaminhado pelo ilustríssimo senhor Arthur Alexander Padovani, Presidente da Associação Pró-Vida por meio dos quais ambos justificaram as suas ausências na presente reunião. O presidente da Comissão Especial concedeu a palavra ao Relator Vereador Eduardo Cordeiro Matosinhos para realizar as considerações iniciais, ato contínuo deu-se início à primeira oitiva desta Comissão com o depoimento da Senhora Clácia Terezinha Souza Costa Coelho, em seguida o Presidente Vanderlei salientou que será realizada uma reunião da Comissão no dia 18 de março, segunda-feira, às 14 horas, em que serão ouvidos os senhores José de Freitas Cordeiro, ex-prefeito municipal, Dra. Maria Geralda e Dr. Juliano Cunha, Procuradores do Município. Ato contínuo deliberou-se sobre a realização de reunião da comissão no dia primeiro de abril, segunda-feira, às 14 horas, data em que será convocado o Senhor Artur Padovani. O Vereador Averaldo requereu verbalmente a convocação do Sr. Romildo de Oliveira Coelho e da Senhora Renata Jerônimo, para o dia 1º de abril, o qual foi aprovado por sete votos. O procurador Adriano Melilo informou que na próxima convocação ao Senhor Artur Padovani, será solicitado que informe a data em que estiver disponível caso não esteja na data da Convocação, nada mais a tratar foi encerrada a reunião e eu Mariane Reis, lavrei a presente ata que será assinada pelos presentes.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Passo a seguir a palavra ao Relator dessa CPI, Eduardo Cordeiro Matosinhos.

**Vereador Eduardo Matosinhos:** Só para deixar uma boa tarde mesmo e iniciar os trabalhos né.

**Vereador Vanderlei:** Boa tarde Relator gostaria então de abrir a palavra aos nobres pares para as suas considerações iniciais, algum dos Senhores deseja o fazer? Nesse momento então, eu convido excelentíssimo José de Freitas Cordeiro, o Zelinho, a compor essa bancada, por favor Zelinho. Zelinho, primeiramente uma boa tarde pro senhor, primeiramente é te agradecer de estar aqui conosco, atendendo ao pedido dessa presidência dessa CPI, muito obrigado pela sua presença nessa Casa, nessa tarde e eu passo então a palavra né aos meus nobres colegas, aos vereadores que queiram assim proceder.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Pode iniciar né?

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Por favor.



**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Boa tarde Zelinho, boa tarde vereadores, público que nos acompanha e aos internautas. Zelinho, já notadamente destacado pelo nosso Presidente, eu também o faço do agradecimento da honrada presença e a gente espera que tirar o melhor proveito da sua vinda aqui sabendo da seriedade que traz consigo ao longo da sua caminhada de vida pública e sai de uma condição de 8 anos de Prefeito, seguida de 8 anos de vice-prefeito e numa dessas entrevistas de do programa Partice-Povo, Vossa Excelência destacou uma preocupação, até com a elegância que é lhe é peculiar, destacando da pessoa do Prefeito, mas que fez ali a título de aconselhamento que ele não enveredasse, nem apostasse na questão do da distribuição da verba pública dentro da Fundação, dentro da Associação Pró-Vida, isso ficou bem claro e fato também por eu ter sido vereador a época vossa excelência na condição de Prefeito foi submetido ao mesmo critério de avaliação, porque também é sabedor que naquela ocasião o Prefeito atual exerceu cargo em função pública, que era um dos objetivos buscar uma linha da de raciocínio e de fazer ou não a questão do Hospital Pró-Vida. Eu lembro até que teve um debate muito proveitoso naquela época, com várias opiniões, enfim isso é colocado só para deixar o público quem não sabe dessa questão, que esse esse episódio já houve com José de Freitas exercendo o cargo de Prefeito e com o Cláudio que é o atual Prefeito, exercendo cargo de confiança e eu Relator hoje, também era vereador aquela época, mas ali ficou a título de conselho, ficou bem destacado, mas agora eu pergunto a vossa excelência, continua no conselho ou o senhor pode afirmar que ele está diante de um crime, teve algum Parecer que determina que ali é um crime, o ato seria criminoso quando vossa excelência era prefeito e se hoje fora do cargo tem o mesmo entendimento na lei que ou só fica no conselho de não poder passar o dinheiro e aconselhar não passar o dinheiro ou se ele está de fato vedado a passar de acordo com uma contrariedade em lei?

**José de Freitas Cordeiro (Zelinho):** Bom um abraço a todos, Vanderlei, Presidente dessa Casa, Vereadores, uma boa tarde a todos que estão nos assistindo, também os presentes. Eu já tive o prazer né de presidir essa Câmara, fui Vereador durante dois mandatos, um mandato de 6 anos e outro de 4 anos, foi uma honra muito grande, eu ainda era bem jovem quando eu assumi aqui a presidência dessa Casa, eu tinha 24 anos quando eu fui Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, então o meu começo na vida política foi dentro dessa Casa né, bom vereador, eu gostaria de fazer uma narrativa desde o início para que vocês possam entender bem a minha situação, minha posição e a posição do doutor Cláudio quando ele ocupou um cargo comissionado. Como todos sabem eu fui vice-prefeito do Anderson no primeiro mandato dele e eu ocupei naquela época a Secretaria de Planejamento, depois Secretaria de Assistência Social e o Anderson estava com problemas com a Secretaria de Saúde e numa reunião eu falei assim: ó me dá seis meses até que você arrume um Secretário, eu fico acumulando as pastas até você arrumar um secretário mas a saúde ela é empolgante e a apaixonante na verdade é essa, eu fiquei durante 6 anos como secretário de saúde e fizemos um avanço muito grande naquela época tanto é que me deu visibilidade para ser candidato a Prefeito né, a gente tinha sete postos de saúde, levamos para 27 postos de saúde, médicos em todos os PSFs, um atendimento 100% a nossa população de Congonhas, vários prêmios né recebemos saúde bucal, a primeira cidade de Minas Gerais, a terceira do Brasil em cidades até 100.000 habitantes, então foi um avanço muito grande quando fui eh Secretário de Saúde, o que me fez ser candidato a prefeito e me eleger candidato a prefeito foi a saúde, a saúde ou ela ajuda ou ela atrapalha, em todas as pesquisas, todas as pesquisas que se faça, as pessoas pedem pedem mais saúde, saúde em primeiro lugar né e na nossa da época fizemos várias pesquisas e a avaliação da saúde era primeira ou segunda, ela dividia com a com a limpeza pública né Eh as pesquisas, porque que eu tô falando isso Eduardo, aí fui candidato a prefeito e sabia que Congonhas precisava muito de um hospital, todos nós sabíamos que nós já tínhamos uma estrutura boa eh eh na atenção primária, excelente né, médico todos os postos de saúde com médico 8 horas criamos um atendimento de que o PSF poderia ficar até 8 horas da noite para



atender o trabalhador, então já já estava né Eh tranquilo atenção básica, construímos uma Upa que é referência em Minas Gerais, na época que nós levamos, na época que nós levamos eh para Brasília o projeto da construção da UPA né a técnica falou assim, foi eu, a Nália que era enfermeira e a arquiteta que fez o projeto: Bom Prefeito eh, não era prefeito, bom secretário, essa UPA é pra cidade de acima de 200.000 habitantes, nós não podemos aprovar esse projeto seu não, aí eu fiz comecei a justificar com ela eh chamava Zezé a técnica do Ministério da Saúde só Congonhas na cidade tem 50.000 habitantes sim mas lá circulam muitas pessoas muitas mineradoras, mais 15.000 pessoas de fora trabalham em Congonhas, eu fiz essa justificativa com ela e ela falou assim: então faz o seguinte, volta para a sua cidade e faz uma justificativa por escrito que nós vamos analisar, fiz a justificativa e a UPA foi aprovada, uma UPA para atender 200.000 habitantes, nem São João de Rei tem, nem Barbacena tem uma UPA do tamanho dessa nossa, Lafaiete tá fazendo uma UPA agora, é a UPA tipo 2, Congonhas não comportava essa UPA. Bom, dito isso, ganhei a eleição e sabia que precisava ter uma atenção melhor na média complexidade que era melhorar o Hospital Bom Jesus ou fazer um novo hospital, fui atrás do Dr. Cláudio, ele que já tinha, já vinha já com essa proposta de fazer o Hospital Pró-Vida em Congonhas, fiz o convite para que ele fizesse parte do meu governo como um assessor especial para construir o hospital, mandamos o projeto para a Câmara, a Câmara aprovou né o cargo e o Dinho ficou como assessor especial para construir o hospital aqui de nossa cidade, era o meu desejo, era o desejo da população de ter um hospital de qualidade, aí começamos as tratativas né, junto com o Dr. Cláudio e em primeiro primeiro ponto da discordância foi o local, ele queria construir o hospital do outro lado da BR, eu sou... Dinho, só pra gente fazer esse acesso nós vamos gastar mais de 15 milhões, tem o trevo, isso é demorado, levei para ele ver uma área atrás da da Polícia Rodoviária Federal que é uma área plana, uma área doado do lado de cá da BR 040, ele não concordou né, não eu quero construir o hospital do outro lado, colocamos no orçamento 40 milhões de reais na época, os vereadores vão se lembrar né, ele já queria que eu repassasse o dinheiro pro Pró-Vida. Consultando os advogados na época, que era o Dr. Juliano Dra. Maria Geralda e eles me disseram que não seria possível fazer essa transferência para a Associação. Voltava a conversar, voltei a conversar com o Dr. Cláudio. Dr. Cláudio, vamos fazer o seguinte, vamos criar uma Fundação e vamos colocar o nome do seu pai para homenagear o seu pai, Fundação Antônio Borges de Souza, porque aí nós não temos problema de de repasse, ele disse não, de forma alguma, eu quero é a minha Associação né Pró - Vida e pode sim, ele ficava teimando com a gente, pode sim, já estudei muito essa situação de de associações, de repasse, pode ser repassado sim, conversei com Dr. Juliano, Maria Geralda e pedi para que eles fizessem uma consulta à advogados experientes né em ONG, em terceiro setor e eles foram para São Paulo e nós convidamos também o Dr. Cláudio para que fosse com eles em São Paulo né nesse advogado que é especialista em terceiro setor para trazer uma luz aqui pro jurídico de Congonhas e pro prefeito, o advogado disse para pros dois que estavam nessa reunião que eles já viu associação administrar hospital, hospitais mas construir não, ele não tinha nenhum conhecimento que a associação poderia construir hospitais. Eles voltaram para Congonhas aí tem um Parecer, se vocês quiserem tem Parecer no processo, não sei se é processo do Pró-Vida ou da construção do novo hospital, tem parecer do jurídico de Congonhas contrário ao repasse, ao repasse à associação, voltei a conversar com o Cláudio, expliquei para ele que não tinham como fazer esse esse esse repasse, ele sempre teimando que existia sim, que ele estudava o caso há muitos anos e poderia fazer o repasse, foi ficando difícil né os nossos entendimentos e eu estava vendo que estava perdendo oportunidade da gente construir um novo hospital, aí veio um problema seríssimo que você, que a Câmara da época me ajudou muito, que foi a crise do Hospital Bom Jesus, Hospital atrasado com médicos, atrasado com os funcionários, faltando assistência no hospital, eu fui obrigado a fazer intervenção no hospital Bom Jesus, eu acho que foi um dos maiores acertos que eu fiz no governo foi a intervenção, hoje eu duvido muito a Prefeitura sair do hospital, não tem como a Prefeitura deixar a intervenção no Hospital Bom Jesus fiz a intervenção chamei o Cláudio mais uma vez convidei para ser diretor do hospital para me ajudar naquele momento, ele não aceitou, ele não aceitou eu disse para ele, Dr. Cláudio



então eu vou fazer intervenção no Hospital, eu vou fazer uma reforma no hospital e vou colocar até dez leitos no hospital, porque o hospital do tamanho de Congonhas 80 leitos no hospital né nós sabemos que lá os médicos dedicados que praticamente moravam no hospital né os médicos antigos carregaram aquele Hospital nas costas durante muitos anos, mas o hospital hoje são outros médicos né e a assistência está muito difícil do Hospital Bom Jesus, eu tenho que melhorar, vou colocar 10 leitos no hospital e vou fazer uma reforma no hospital porque eu não tenho mais tempo para fazer um novo hospital, não vai dar tempo mais fazer um hospital, a situação tá crítica, aí eu lembrei de Ouro Preto quando Ouro Preto fechou a Santa Casa Ouro Preto, ficou um ano sem hospital, da crise que foi a saúde de Ouro Preto, ele falou assim: Zelinho, não faça isso, não coloca os 10 leitos no hospital, eu disse: eu vou colocar, aí ele saiu pediu exoneração do cargo né e nós imediatamente contratamos um arquiteto, fizemos uma ala um anexo do hospital né até hoje hoje vocês sabem que foi na época da pandemia né se não tivesse feito os leitos de CTI quantas vidas nós poderíamos ter perdido, Congonhas na pandemia morreram 120 pessoas, foram muitas pessoas, mas se não fosse o Hospital Bom Jesus naquela época, se não fosse os 10 leitos de UTI nós teríamos perdido muitas pessoas, só fazendo uma comparação para vocês terem uma ideia, Congonhas e Itabirito é mais ou menos a mesma população, em Itabirito morreram mais de 200 pessoas na pandemia né, então Vereador Eduardo esse foi o motivo de não ter construído o hospital né porque na teimosia dele ele achava que poderia fazer os repasses e eu atacando o parecer jurídico, eu ainda disse, falava ainda, olha o Gualter foi caçado por contrariar um parecer do Dr. Olimar, quando ele contratou seguranças ou ou na Cachoeira segurança não eh corpo de bombeiro na Cachoeira, contrariando o parecer do Dr. Olimar, caçado não, ele foi ficou 8 anos impedido de ser candidato novamente, ele não foi caçado né por contrariar um parecer, se eu não vou contrariar o meu jurídico né Eh um parecer que nós temos no processo e os os advogados falavam Zelinho, Dr. Cláudio não pode fazer uma coisa dessa, isso é loucura você repassar dinheiro para uma associação, se fosse uma Fundação seria uma situação diferente, então eu queria sim construir junto com Dr. Cláudio um novo hospital né, mas fui obrigado pelas circunstâncias do Hospital Bom Jesus né, fazer intervenção e fazer as melhorias no Hospital Bom Jesus que todos sabem né, nós temos hoje quatro salas de cirurgias de primeira qualidade, nós colocamos lá tomógrafo que não tinha tomógrafo, as pessoas tinham que ir para Lafaiete para fazer tomografia, pessoa com AVC correr o risco nessa BR e o AVC você não pode balançar né as pessoas vinham para Lafaiete fazer a tomografia, conseguimos um tomógrafo com a empresa Ferro Mais, hoje esse tomógrafo vale mais de cinco milhões de reais né, então foi esses investimentos que nós fizemos no hospital, que nós salvamos e continuamos salvando muitas pessoas porque o hospital melhorou muito de lá para cá né, tínhamos aí ideia de fazer também eh em cima do Laboratório mais uma ala para colocar ali a a obstetrícia né já tava no projeto e também melhorar a recepção, a recepção ali é muito acanhada, nós íamos iríamos abrir a parte da frente toda para recepção, até hoje tá lá aquela recepção né acanhada, as pessoas hoje não ficam nas escadas esperando ser atendida né, então é só para para Eduardo, explicar desde o início como ocorreu, o que ocorreu, por que nós não construímos hospital naquela ocasião e porque eu fui obrigado a investir e fazer intervenção no Hospital Bom Jesus e melhorar o Hospital Bom Jesus. Não sei se eu te atendi.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** A sua explanação é é válida por tudo, conteúdo que o senhor traz consigo na sua vida pública, mas eu preciso ser enfático e preciso agora na resposta, porque fato é que o Prefeito atual é o Cláudio, esteve com senhor a época e que o dinheiro foi transferido. Esse é o objeto da CPI Então hoje o senhor consegue afirmar nessa data, nessa tarde, que eles cometeram crime ao transferir esse dinheiro?

**Zelinho:** Bom, crime só depois que for julgado tá, ele na minha opinião cometeu um ato ilícito ele vai ter problemas, vai ter problemas com a justiça, como eu disse, no programa de rádio, vai ter problemas, porque quando você faz uma transferência Eduardo, quando você faz uma parceria, se você tem que fazer o chamamento público, é uma licitação, nesse chamamento



público você tem que colocar né um um um um um um item né, que a empresa que está fazendo essa parceria tem que ter capacidade técnica para construir tem que ter experiências em construir hospitais, área de saúde, qual a capacidade técnica que o Pró-Vida tem para construir um hospital e outra coisa todo repasse que se faça, você não faz o repasse cheio, assim é é é do Governo Federal pro Município, você vai fazendo o repasse, vai liberando conforme as medições, fez a medição de 500, libera 500, fez medição de 1.000 libera 1.000, você não pode pegar um valor cheio e repassar, colocar numa associação, então, Dr. Cláudio reafirmo, eu eu naquela ocasião acho que ele não tinha feito repasse ainda, fiz essa sugestão, porque eu gosto do Dr. Cláudio, gosto, gosto dele, fiz a sugestão para que ele não fizesse, ele vai ter sim problemas seríssimos, problemas seríssimos com a justiça e com o Tribunal de Contas, eu não tenho dúvida nenhuma disso.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Para concluir, eu gostaria então de requerer essa presidência e convoco os pares, que seja localizado esse Parecer que é faz parte do histórico né, parecer jurídico para que ele seja remetido na sua cópia na íntegra, viu Vanderlei, o senhor requer para nós e obrigado Zelinho, agora preencheu o que a gente já havia perguntado.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Relator só salientar um pequeno detalhe, se vossa excelência importaria da gente entrar com o requerimento de vossa excelência, assim que o Zelinho terminar a participação dele pode ser Eduardo?

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Tranquilo.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Obrigado. Mais algum membro dessa Comissão queira fazer alguma pergunta ao Zelinho, por favor, nenhum? Lucas Bob, Vereador Lucas Bob.

**Vereador Lucas Bob:** Boa tarde, boa tarde vereadores, boa tarde vereadores, tá bom o áudio aí? Boa tarde vereadores, membros desta Comissão, público presente, ex-prefeito de Congonhas, Zelinho, boa tarde. Zelinho, o meu questionamento até um pouco já embasado né do histórico que você fez com relação à passagem sua enquanto Prefeito e na discussão deste assunto da Associação Pró-Vida realmente executar a construção de um complexo hospitalar. É sabido né, principalmente por todos nós vereadores que o mérito realmente de crime se houve ou não crime é algo que nós estamos aqui trabalhando para a gente chegar a esta conclusão, então logo também com com a análise do Ministério Público e todos os órgãos competentes para isso, então realmente aqui nós estamos discutindo indícios de irregularidades né, indícios de situações que podem ter sido sim cometidas da forma eh não legal, mas Zelinho, eu gostaria que explane um pouco até de uma maneira mais objetiva como que se deu a discussão eh por meios jurídicos também na época né, tínhamos Dr. Juliano Cunha, que está aqui presente, tínhamos também a Dra. Maria Geralda e que estavam presentes nessa discussão de poder ou não poder realmente fazer repasses como hoje está sendo feito pelo pelo Prefeito né, Dr. Cláudio à Associação Pró-Vida né, então que você discorresse um pouco de como que foi em 2015 essa discussão né e qual foi eh o teor jurídico também né de não poder estar fazendo estes repasses né e como que eh como que iniciou-se essa discussão pelo Dr. Cláudio junto ao governo né e como que também eh chegou à conclusão de que nós não podemos estar fazendo isso devido também os pareceres jurídicos.

**Zelinho:** Dr. Cláudio não aceitava o argumento dos advogados que eram contrários do repasse ele não aceitava, ele falava que ele tinha estudo, que ele sabia que podia ser feito né, e como eu relatei aqui até que a gente nós mandamos os dois advogados para São Paulo pegar um parecer de uma ONG, na verdade não vieram, não vieram com o Parecer escrito, mas eles ouviram do do advogado que eles que que ele não conhecia situação análoga a essa de uma associação construir um hospital e conhecia em São Paulo tinha muito administrar o hospital né, chegando aqui eles deram tem um parecer sim da Maria Geralda, tem um parecer



da Maria Geralda né, contrário a esses repasse né. Tem um processo que vocês podem né e o Dr. Juliano sempre participava nas reuniões também com Dr. Cláudio explicando para ele né da situação que o governo não poderia fazer esses repasses ao Pró-Vida, não sei se eu te respondi.

**Vereador Lucas Bob:** Uma outra pergunta, na sua opinião enquanto gestor e Prefeito na época, você acredita que o pedido de exoneração do Dr. Cláudio foi devido a esta não aceitação de aconselhamento jurídico de não poder fazer através da Prefeitura repasses à Associação Pró-Vida para a construção do hospital que muito bem discutido aqui tem um caráter né muito pessoal também né tem, temos essas comprovações e você acredita que poderia ter sido esse o motivo?

**Zelinho:** Bom, aí Vereador, o senhor tem que perguntar pro Dr. Cláudio qual foi o motivo né, eu não posso informar qual foi o motivo que ele pediu exoneração, mas a minha intenção na época é para que ele ficar no governo, que pudesse me ajudar com a intervenção no Hospital Bom Jesus né pra gente salvar a situação financeira do Hospital Bom Jesus e naquela época ele preferiu eh pedir exoneração.

**Vereador Lucas Bob:** O senhor disse também que na época o senhor sugeriu a construção de leitos de UTI né e o Dr. Cláudio não concordava, foi isso?

**Zelinho:** Justamente, na conversa que eu tive com ele, ele pediu para que eu não fizessê os leitos de CTI, os 10 leitos, estava presente nessa não sei se a Marta que era minha secretária estava presente, não sei se o Juliano também estava presente, mas eu tenho certeza, a minha esposa estava presente lá no gabinete no dia no dia que eu fiz o convite para ele assumir o a direção do hospital e falei para ele que eu iria construir os 10 leitos no hospital e ele falou para não construir os 10 lei no hospital porque ele tinha a pretensão de de fazer o Pró-Vida dele.

**Vereador Lucas Bob:** Ou seja, eh podemos entender que o não aceite da construção dos 10 leitos de UTI era devido ao interesse que pudesse ter sido feitos no Complexo Hospitalar denominado Associação Pró-Vida, correto?

**Zelinho:** Acredito que sim, acredito que sim.

**Vereador Lucas Bob:** Ok sem mais perguntas Presidente. Obrigado Zelinho.

**Vereador Vanderlei:** Obrigado Vereador, mais algum vereador queira perguntar ao Zelinho? Vereador Averaldo Pereira da Silva.

**Vereador Averaldo:** Boa tarde aos membros dessa Comissão, senhor presidente, relator, Zelinho, público presente, internautas que nos acompanham. Zelinho, eu quero voltar né em uma uma afirmação que você fez onde você pontuou que apresentou o terreno para o o atual Prefeito Dinho naquela época e que naquele momento ele entendeu que o terreno, aliás você apresentou para ele o terreno eh você poderia explicar qual qual foi a justificativa da negativa por Parte dele?

**Zelinho:** Eu, o Vaguinho que era, falecido, que era meu motorista, Dr. Cláudio levei no terreno que na época pertence ainda me parece, pertence ainda que é do José bonitinho e o Santa Rosa. Sim e eu falei: Olha nós podemos desapropriar aqui essa área né porque é uma área plana, uma área ótima, acesso fácil, Santa Rosa tem intenção de fazer uma avenida ligando a Avenida Micael e ele falou assim: não Zelinho, eu quero construir na área que nós já temos, Pró-Vida já tem a área do outro lado da BR040.



**Zelinho:** Cláudio só para fazer esse acesso nós vamos gastar 15 milhões, já tem o trevo, esse dinheiro poderia julgar aqui no hospital né e ele não não concordava, era muito teimoso nas posições dele, o que ele colocava na cabeça, ele não abria mão.

**Vereador Averaldo:** Ok como naquela época né o senhor como Prefeito né e como também é uma pessoa que já tinha uma experiência na área da saúde como secretário eh na sua leitura o que seria eh a construção desse hospital em parceria com o município, ou seja, na sua leitura o que seria a construção desse hospital eh somente com repasses públicos? Por que que eu tô te fazendo essa pergunta, é porque em uma reunião na 15ª reunião de 2015 onde houve um debate aqui eh foi afirmado pelo Dr. Cláudio que com o repasse de 40 milhões, vocês conseguiriam entregar funcionando, eu vou voltar aqui e vou te passar depois a o que ele diz mas ele informou claramente que com o repasse de 40 milhões conseguiria entregar a primeira parte do hospital funcionando, na sua opinião quais seriam os entraves para isso, mesmo que ultrapassasse é que conseguisse ultrapassar as barreiras jurídicas?

**Zelinho:** Eu acho que não teríamos problemas com a Câmara na época de mandar um novo projeto né, pedir mais recursos pra gente construir o hospital que era o meu objetivo, era o meu objetivo também construir o hospital pela situação do hospital Bom Jesus e falei mais, Dr. Cláudio, Dr. Cláudio, Congonhas não comporta dois hospitais, nós temos que absorver o Hospital Bom Jesus né, pegar as pessoas que trabalham no Hospital Bom Jesus, o prédio do Hospital Bom Jesus poderia servir também, alugar né o prédio para área de saúde ou escritórios e ajudar na manutenção desse hospital, fizemos um antiprojeto tá, ó nós temos que fazer um hospital que possa ir crescendo aos poucos né do tamanho de Congonhas, do tamanho de Congonhas, nós não podemos fazer esse hospital mega hospital que o senhor quer, tem que ser um projeto que possa ir aumentando ao longo dos anos, mas ele como eu disse, ele não abria mão de construir o Pró-Vida, ó associação nós não temos condições, eu não passo por cima eh da orientação jurídica, então não nós não não, vamos ter que abortar esse projeto.

**Vereador Averaldo:** Ok eh naquela ocasião eh foi apresentado, deixa eu voltar, a fazer uma pergunta anterior, pergunta simples, eh todas as tratativas com o senhor como prefeito referente à construção do Hospital do Pró-Vida, todas as tratativas eram feitas com o Dr. Cláudio?

**Zelinho:** Era feita com ele, na presença também de advogados e da minha secretária, nunca sentei com o Dr. Cláudio sozinho, sempre na presença do jurídico ou da minha secretária.

**Vereador Averaldo:** Então Eh com o poder público o relacionamento entre poder público e Pró-Vida sempre foi através da pessoa do Dr. Cláudio representante do pró-Vida?

**Zelinho:** Sempre, sempre, não levava ninguém com ele.

**Vereador Averaldo:** Ok eh tem um ponto eh que o Dr. Cláudio, ele afirmou nessa reunião de 2015 eh onde ele disse que discutir fundação pública seria "vamos acabar com o Pró-Vida, ela desaparece", bom eh dentro dessa resposta do Dr. Cláudio como o senhor também já afirmou que houve eh que sugeriram eh a criação de uma Fundação eh naquele momento foi colocado na mesa já eh o município disposto se fosse através de uma Fundação foi colocado na mesa que teria o caminho e que daria para fazer?

**Zelinho:** Sim, eu conversei com ele, vamos criar Fundação que tem condições da Prefeitura colocar recurso então ele não aceitou, não eu tenho a minha Associação vou fazer através da minha Associação e eu tenho conhecimento jurídico que que a Prefeitura pode fazer o repasse, sempre ele teimava nessa posição dele.

**Vereador Averaldo:** OK, Presidente por enquanto tô satisfeito com as com as respostas.



**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Ok Vereador Averaldo, mais algum Vereador? José Bernardes?

Pode, José Bernardes com a palavra por favor.

**Vereador José Bernardes (Juca):** Senhores vereadores, membros dessa Comissão, Senhor ex-prefeito José de Feitas Cordeiro, internautas que nos acompanha né tenham todos uma boa tarde! Zelinho, eu gostaria de perguntar quanto que você repassou pro Hospital Bom Jesus no período que você foi Prefeito, assim é mais ou menos, mais porque exato...?

**Zelinho:** Ô Juca, eu não posso te afirmar porque tinha um repasse né, a gente pediu sempre a Câmara né para que fizesse o repasse pro hospital não sei se era mensal, mas tinha um repasse sim ou anual e nós pra Construção me parece foi mais de 5 milhões mais de 5 milhões para fazer o anexo deve beirando aí 7 milhões, 8 milhões para fazer o anexo do hospital e o e agora o repasse seria interessante verificar aqui na Câmara, que a Câmara deve ter esses dados de valores.

**Vereador José Bernardes (Juca):** A outra pergunta que eu gostaria de saber é se no seu período qual a atividade de saúde que o Pró-Vida tinha, qual a experiência que o Pró-Vida tinha na área de saúde na sua administração?

**Zelinho:** Não, não tenho conhecimento se tinha alguma atividade.

**Vereador José Bernardes (Juca):** Na área de saúde nenhuma né?

**Zelinho:** Não.

**Vereador José Bernardes (Juca):** E esse período com o Dr. Cláudio foi secretário também pouca experiência?

**Zelinho:** Não, não, não, não teve atividade nenhuma período nenhum da da do Pró-Vida, o Pró-Vida tinha um movimento grande em Congonhas inclusive igrejas, as pessoas se lembram aí, pegando latinhas as pessoas ajudando né a igreja ajudando, tinha as pessoas que davam mensalidade pro Pró-Vida, o movimento era grande, há muitos anos, há mais de 10 anos Pró-Vida tem esse movimento aqui em Congonhas então isso era de meu conhecimento conhecimento público é público notório que o movimento deles é tem mais de 10 anos arrecadando recursos para construir o hospital.

**Vereador José Bernardes (Juca):** E com a sua experiência como Secretário de Saúde com grande experiência que você tem na área de saúde eh se achasse outros meios, por exemplo, legal, por exemplo, tipo esse Pró-Vida o hospital ser municipalizado, uma lei municipal, fosse do Município, era mais viável tinha mais possibilidade?

**Zelinho:** Ô Vereador Juca, a nossa intenção era justamente fazer uma através de fundação Certo? Que aí não teria problema do repasse tinha o Ministério Público acompanhando, a Prefeitura também participando né, então viável seria através de fundação é nós não fizemos, depois Dr. Cláudio saiu justamente pelo problema do hospital, eu não fiquei atrelado ao Dr. Cláudio, eu queria fazer o hospital sim, certo? Quando nós vimos à crise que estava o Hospital Bom Jesus, tive que fazer intervenção, aí nós abortamos, tem que fazer intervenção, senão hospital vai fechar, Congonhas não pode ser desassistida na atenção hospitalar.

**Vereador José Bernardes (Juca):** Hoje para manter eu eu eu acho muito difícil um hospital tipo esse Pró-Vida para manter, para equipar um hospital desse é milhões e milhões, eu acho que...



**Zelinho:** O Dr. Cláudio, não sei se com vocês também ele comenta, a ideia dele é fazer um mega hospital, um grande hospital, para atender a região, a ideia dele sempre foi essa, atender a região, 700.000 habitantes e sempre colocava isso, para ter fábrica de insumos em torno de 3.000 funcionários, isso é que ele falava com a gente e ele falava com todo mundo também, a construção quero fazer um grande hospital, eh o tipo de hospital que nem tem em Belo Horizonte, nós temos hospital com 3.000 funcionários, mas ele falava: quero um hospital que vai ter 3.000 funcionários, leito CTI era uma coisa assim mais de 100 que falava, é uma coisa que a nossa região não comporta, a ideia aí, eu falava, não Dr. Cláudio, vamos fazer um hospital do tamanho de Congonhas, vamos fazer um hospital que tem aí 20, 20 leitos, CTI, vamos aumentando aos poucos, Congonhas for crescendo, vai crescendo no hospital, ele inclusive aceitou essa é minha sugestão conversamos com a arquiteta, inclusive arquiteta que tava construindo, fazendo o prédio da UPA, ela fez o projeto, ela não cobrou nada, não sei se cobrou do Dr. Cláudio, Prefeitura não repassou um tostão para ela, mas ela fez um projeto de um hospital modular, que poderia ir crescendo aos poucos.

**Vereador José Bernardes (Juca):** É pelo pelo que que a gente tem o conhecimento, esse hospital dele para mim não passa de uma utopia porque para fazer um hospital desse tem que vir verba federal, verba de empresa, verba do do do Estado, porque só o Município e não tem condição, eu acho que não vejo condição de fazer um hospital igual ele igual ele sonha não, é muito complicado, né?.

**Zelinho:** O hospital com o tamanho que ele queria nem em Belo Horizonte nós temos.

**Vereador José Bernardes (Juca):** É, agora você entregou o hospital com as contas sanadas, hospital funcionando direitinho né, com os médicos, com os CTIs tudo funcionando, entendeu?

**Zelinho:** Logo quando nós entramos, fazendo a gestão do hospital com intervenção, nós colocamos as contas em dia de médicos estavam atrasado né, melhoramos a assistência, contratamos uma equipe de fora para gerenciar o hospital, o hospital não pode eh eh ser gerenciado por pessoas que não conheçam da parte hospitalar né, contratamos, substituímos depois essa equipe, vieram outros eh e outras pessoas fizeram a gestão do hospital Bom Jesus né, saneamos né agora não sei se o hospital hoje tem dívida, mas na época nós saneamos o hospital Bom Jesus e o hospital não vive sem a Prefeitura, a Prefeitura tem que continuar sendo parceira do Hospital Bom Jesus pra gente ter um hospital de qualidade porque senão o Hospital fecha as portas.

**Vereador José Bernardes (Juca):** E uma coisa que eu sempre debato aqui na Câmara, tô sempre cobrando do Dr. Cláudio, que eu acho um absurdo que precisa resolver urgente no hospital é aquela entrada ali que o pessoal tá ficando lá de fora, igual com esse problema de Dengue, Congonhas tá infestado de Dengue, entendeu? Eh foi gasto esse dinheiro absurdo aí com R\$ 16 milhões de reais quase, com esses mosquitos que né, foi, eu para mim foi 16 milhões jogados na lata de lixo, porque a cidade tá infestada de dengue, é difícil você ir numa casa em Congonhas hoje que não tem uma pessoa de dengue e eu acho um desrespeito muito grande que que aconteceu nos governos passado e tá acontecendo agora eu acho um desrespeito muito grande o pessoal ter ficar do lado de fora no sol ali, porque lá dentro tem seis cadeira, lá num num espaço muito pequeno entendeu, aí espero aí que uma próxima gestão né, que olha essa parte aí com carinho, porque é um desrespeito muito grande com o nosso povo né pessoal ficar do lá de fora, porque não tem condição de ficar lá dentro, chuva quando tá chovendo é chuva demais, depois é sol né pessoal não no sol, sentindo dor e agachado lá de fora porque não tem lugar para ficar lá dentro.



**Zelinho:** Vereador José Bernardes tem razão, nós não tivemos tempo suficiente para fazer né a recepção, ia fazer realmente tem o projeto, nós deixamos, deixamos o projeto de uma passarela ligando a cozinha que o sistema da cozinha do terceiro andar do prédio ali da da rua lateral, a cozinha nós mudamos para lá, onde era a cozinha colocamos leitos mais leitos no Hospital Bom Jesus, tinha um projeto de uma passarela ligando a cozinha com anexo novo, também não tivemos tempo e também uma área construir uma área de de obstetrícia em cima do laboratório ali do Sandoval, nós não tivemos tempo também de fazer melhorar essa parte do Hospital Bom Jesus. Mas você tem razão, a recepção é uma vergonha, o tamanho do hospital, tem 10 metros quadrados a recepção, as pessoas ficam sentados do lado de fora né.

**Vereador José Bernardes (Juca):** Tá bom, tô tô satisfeito, obrigado.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Próximo Vereador queira fazer? Edonias, com a palavra. Ô Edonias, só passar a questão de ordem, o senhor se importaria? Não né, questão de ordem Vereador.

**Vereador Averaldo:** Presidente, eh o senhor esqueceu de de compromissar o Zelinho no depoimento, então gostaria que o senhor fizesse por favor.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Zelinho de acordo com a prerrogativa dessa Casa né em consonância com a Constituição Federal eh vossa excelência se encontra aqui na condição de convocado a essa CPI eh na qual senhor poderia fazer o compromisso em prestar esclarecimento sempre pautando pela verdade?

**Zelinho:** Confirmo tudo que eu falei aqui e tudo que eu falei também na entrevista na rádio Congonhas.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Obrigado, passo a palavra, era essa a questão de ordem Vereador? Vou passar, obrigado, obrigado Zelinho, obrigado Averaldo, eh gostaria gostaria de passar a palavra ao próximo Vereador Edonias Clementino.

**Vereador Edonias:** Quero quero cumprimentar a todos, uma boa tarde, internautas que tá nos assistindo nesse momento, público presente, vereadores, quero cumprimentar aqui o meu meu amigo e Prefeito ex-prefeito Zelinho. Zelinho a gente vai ter oportunidade de estar aqui com os Procuradores para também fazer as mesmas perguntas e eh eu não sou bom em pergunta mas vou tentar fazer aqui algumas perguntas, as mesmas as os mesmos Procuradores da da época quando a vossa excelência era prefeito, aqueles que concordava com a com com a vossa excelência que não estava que realmente os senhores tinha razão, não poderia realmente e eh fazer esse esse repasse de dinheiro para Pró-Vida é os mesmos que tá hoje na Prefeitura que hoje me parece que concorda com a decisão do atual prefeito entendeu, eh que a gente veio acontecer vai estar aqui a gente vai fazer essas perguntas também porque que muda mudaram assim de de pensamento num num tempo assim tão tão rápido, eles vão estar aqui vai fazer se mudou ou não e outra pergunta que eu quero fazer Zelinho eu entendo a sua preocupação e reconheço que você foi um um prefeito muito atuante realmente na saúde como no passado foi até secretário de saúde e n na sua gestão de prefeito de dois mandato também realmente foi muito atuante na saúde, o que eu tento entender é quando o Dr. Cláudio assumiu a cadeira da da da prefeitura nós tivemos no lá no realmente lá na na no Hospital Bom Jesus aonde o senhor tinha passado diversas intervenção de dinheiro para lá e lá tinha um um aparelho que acho para mim acho que é um dos mais caros que o hospital tem que é o tomógrafo que já tinha um ano que estava parado encaixotado por falta de um transformador na porta do hospital uma uma uma uma força a mais de energia para tocar aquele realmente e aquele aparelho para atender a população que acho que é o único que nós temos no hospital hoje ainda estava parado



encaixotado por qual que foi essa demora desse aparelho tão caro que eu acho que foi até doado por alguma empresas ainda estava lá encaixotado?

**Zelinho:** Vereador o problema maior foi da CEMIG, a rede não comportava o tomógrafo, então eles tiveram que fazer uma mudança não só naquela rua do Hospital Bom Jesus, mas na rua também ali do cinema para aumentar a potência para chegar e e ser atendido o tomógrafo, para ser atendido o tomógrafo, o motivo foi esse da demora porque o tomógrafo já estava lá, o prédio já estava pronto né e os técnicos também que para instalar o tomógrafo teve essa demora, mas o problema maior foi da CEMIG na época.

**Vereador Edonias:** Realmente eu concordo ô meu meu ex-prefeito, falha da sua secretaria? porque assim que nós fomos lá fazer uma visita eles falou com nós que realmente era um transformador imediatamente eles mudaram o transformador e a população de Congonhas passou a usufruir desse desse aparelho foi, não? Nós tivemos lá fazendo visita e imediatamente, ficou um ano e tanto encaixotado aí aí é brincadeira né.

**Zelinho:** Não, não tinha um ano, vou discordar do senhor, não tinha um ano, foi no finalzinho quase do nosso mandato né que o tomógrafo chegou, pode ter ficado lá 3 meses, 4 meses, um ano não foi, discordo né, mas o problema reafirmo mais uma vez a CEMIG, nós tivemos que pedir a mudança da rede das duas ruas para atender ao tomógrafo, coincidência que o Dr. Cláudio assumiu, o pedido já estava na CEMIG já estavam fazendo essa rede, foi coincidência, mas não foi um ano não.

**Vereador Edonias:** Então foi então foi então com o Dr. Cláudio foi mais fácil, que foi uma coincidência já já já tava preparado, ele só pediu e...

**Zelinho:** Não, a CEMIG com certeza já tinha feito né o a mudança que tinha que fazer na rede, se o senhor quiser, pode entrar em contato com CEMIG e ver quando que nós mandamos ofício para CEMIG e quando que ela ligou a a nova rede para atender o hospital.

**Vereador Edonias:** Muito obrigado Zelinho, eu só tô te fazendo essa essa pergunta porque eu sei o quanto o senhor foi, o senhor preocupou com a saúde de Congonhas e eu estranhei vendo um um um ex-prefeito tão preocupado com a saúde e aquele caso ainda acontecendo, só por isso eu tô fazendo essa pergunta aqui, muito obrigado Vanderlei.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Ok Vereador, gostaria de saber se mais algum nobre Edil? Hemerson Ronan Inácio, por favor Mércio.

**Vereador Mércio:** Boa tarde a todos presentes, internauta que nos acompanha, José de Freitas, demais Edis, eh a minha pergunta é simples, também baseada na pergunta do vereador Eduardo né, eu tô aqui que a a nomeação do Dr. Cláudio foi dia 18 de fevereiro de 2013, com a exoneração no dia 01 do 12 de 2013 com o cargo seria assessor para construção do hospital, o senhor ciente do que não que não podia ser feito por que que o senhor contratou? O senhor já tinha consciência de que ele não podia receber esse tipo de verba, que ele não poderia construir hospital e por que que o senhor contratou para essa exclusiva vaga para construção do hospital?

**Zelinho:** Porque ele já tinha esse sonho a muito tempo, há mais de 10 anos de construir o hospital, aí foi a fome com a vontade de comer, eu também queria construir, o hospital de Congonhas necessitava de uma melhoria na área hospitalar, vou chamar o Dr. Cláudio, ele tem experiência, já foi diretor em hospital em Belo Horizonte, nós vamos sim construir esse hospital, mas no andar da carruagem nós vimos que da maneira que ele queria a Prefeitura não poderia repassar o recurso que era através da Associação, por isso que eu fiz a sugestão, vamos fazer através da da da fundação e foi uma discussão ô Vereador Mércio praticamente quase toda



semana com Dr. Cláudio certo ele teimava muito, falava que tinha conhecimento, que poderia se repassar e foi aquela queda de braço né até que nós tivemos que fazer intervenção no hospital e tivemos que fazer o investimento no Hospital Bom Jesus, mas eu queria fazer Hospital né do tamanho do de Congonhas certo, não aquele mega hospital, um hospital que pudesse ir aumentando aos poucos né, o atendimento leitos de CTI não é hospital de 100 leitos de CTI, mas hospital com 20 leitos de CTI já dava para atender Congonhas bem hoje né, infelizmente não foi possível porque na teimosia dele e com a crise do Hospital Bom Jesus eu tive que fazer o investimento no Hospital Bom Jesus, porque senão Congonhas ia ficar sem hospital, aí o final do mandato né e Dr. Cláudio assumiu a Prefeitura.

**Vereador Mércio:** Eu vou insistir na pergunta por que a gente já tinha que ter o senhor como ordenador de despesa, como prefeito atual, você já tinha que ter essa conversa antes com o Dr. Cláudio como que seria o caminho para essa construção não pode levar 10 meses pra gente entender que um assessor especial para a construção do hospital tava fazendo de de uma forma que não era correta, quer dizer então, a gente onerou o município por 10 meses com funcionário que o senhor não sabia qual que era o caminho que ele ia traçar, então eu entendo que essa tratativa tinha que ter sido feito antes de contratar né, nós contratamos para depois ver como que ia fazer, é mais ou menos é fazer bater a laje sem fazer o alicerce, eu tenho essa visão.

**Zelinho:** O caminho é único, caminho da legalidade, não tem outro caminho né, tanto é Vereador, graças a Deus, nessas contas do Tribunal de Contas, só falta uma para ser aprovada, só uma, a de 2020, não sei se já está aqui na casa, todas foram aprovadas sem ressalvas, então o único caminho é a legalidade, ele não aceitava então a teimosia, infelizmente.

**Vereador Mércio:** Eu queria falar mais um pouco aí não é Vereador também daqui de Congonhas não, é Vereador depois de Juiz de Fora, ele votou contrário à intervenção do Hospital Bom Jesus, como que seria o Hospital Bom Jesus sem a intervenção da Prefeitura Municipal de Congonhas?

**Zelinho:** Hoje estaria fechado, se não fosse a intervenção.

**Vereador Mércio:** Tá ok, eu paro por aqui minhas perguntas.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Vereador só um momentinho, salvo engano vereador Averaldo pediu a palavra após o vereador Mércio, vou passar a palavra pro senhor.

**Vereador Averaldo:** Obrigado Presidente. Zelinho nessas tratativas com Dr. Cláudio né para encontrar um caminho para construção, para viabilizar né a construção desse hospital em parceria com o poder público eh o que ele apresentou para pro senhor na época como Prefeito né, amparo jurídico mesmo eh naquele momento apresentou algum projeto, estudo de viabilidade, licenças já no local né, licenças ambientais e e naquele momento foi apresentado também né que a Associação Pró-Vida teria estrutura para prosseguir também com com a construção, eh com aporte financeiro após o repasse?

**Zelinho:** A única coisa foi o anteprojeto que nós mandamos fazer, tínhamos o anteprojeto do hospital com a ideia, uma ideia do hospital.

**Vereador Averaldo:** A Prefeitura mandou fazer ou o Dr. Cláudio como Pró-Vida que apresentou?

**Zelinho:** Foi através de uma arquiteta que tava fazendo a UPA certo, ela que fez, a Prefeitura não pagou, não sei se o Dr. Cláudio fez o pagamento ou se ela fez de graça.



**Vereador Averaldo:** Então só para mim concluir aqui, o Dr. Cláudio chegou até o senhor como Prefeito somente com a ideia na cabeça?

**Zelinho:** Só com a ideia que ele tinha não naquele momento, mas há mais de 10 anos e eu também tinha ideia, eu assumi a Prefeitura achando que eu ia construir um hospital.

**Vereador Averaldo:** Mas só só só para para ser ser claro aqui, ele apresentou então somente com a ideia na cabeça, nada no papel, quando deu início?

**Zelinho:** Não.

**Vereador Averaldo:** Ok obrigado Presidente, encerro aqui.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Ok Vereador, Vereador José Bernardes.

**Vereador José Bernardes (Juca):** Só só para informar que naquela época eu era vereador na época e eu fui o único vereador que não assinei o requerimento da intervenção por entender de ser um ato discricionário do Prefeito, esse ato o o Prefeito na época José de Freitas Cordeiro, ele quis dividir essa essa, foi um ato assim de dividir a responsabilidade com a Câmara e no meu entendimento né e eu no meu entendimento por ser um ato discricionário do Prefeito não precisava de de passar pela Câmara, porque como por exemplo esses 16 milhões que foi passado por Pró-Vida aí são atos discricionários do Prefeito, não precisa de passar pelo aval da Câmara, é baseado nisso é que eu não assinei o documento entendeu, na minha época eu tinha uma visão que não não precisava entendeu, o Prefeito podia tomar essas atitudes sem o aval do Poder Legislativo.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Mais algum Vereador? eh então eu gostaria de agradecer a presença do meu amigo, excelentíssimo ex-prefeito de Congonhas Zelinho né e deixar público o meu respeito amplo né, o meu, a minha afeição pelo senhor e minha gratidão também, agradecer muito da sua presença e gostaria que o senhor fizesse suas considerações finais por favor.

**Zelinho:** Bom vereador, eu que agradeço né de estar aqui hoje, na verdade uma convocação para estar aqui hoje, para fazer os esclarecimentos devidos, espero que eu tenha atendido né a todos senhores aí, muito obrigado.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Nós que agradecemos Zelinho e eu gostaria na forma regimental explanar para vossa excelência que essa CPI caso ela necessite ela tem a prerrogativa de convocar novamente vossa excelência, tá bom? Muito obrigado, que Deus te abençoe. Gostaria de dar então prosseguimento a essa reunião da Comissão instituída pela Portaria 177/2023 que trata sobre assuntos relacionados à Associação Pró-Vida e Município de Congonhas, gostaria de agradecer quem se encontra no Plenário, Dr. Procurador Dr. Juliano Cunha e Dra. Maria Geralda. Gostaria na sequência de apresentar um requerimento do nosso Relator, por favor Relator.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Parecer da época que levou o entendimento do Prefeito que depois agora nessa tarde o Zelinho que é parte do Município, que ele seja remetido para para essa Comissão na íntegra, requer o parecer da época que embasou a não a não a decisão do Prefeito de não repasse a época.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** É o requerimento do nosso Relator ele ele trata de requerer o embasamento jurídico eh quando da decisão né relator, dos Procuradores da não emissão da verba para o hospital Pró-Vida é isso? Requerimento em discussão, ninguém queira





discutir, em votação, requerimento aprovado por unanimidade. O próximo requerimento é um requerimento cidadão do Senhor Sandoval de Souza Pinto Filho: Respeitosamente requer encaminhamento à Comissão Especial de Inquérito denominada Pró-Vida de questões a serem encaminhadas à administração municipal, a definição de construção pela Prefeitura Municipal de Congonhas de hospital localizado na Fazenda do Capão Campos Altos passou por deliberação da Câmara Municipal ou reunião plenária de revisão do plano diretor? 2 - caso negativo, qual a origem fundamento fundamentada da citação definição? 3 - Seja qual for pode se juntar... eu gostaria de pedir silêncio no Plenário, respeitosamente requer encaminhamento a essa Comissão Especial de Inquérito denominada Pró-Vida de questões a serem encaminhadas à administração municipal. Primeiro: A definição de construção pela Prefeitura Municipal de Congonhas de um hospital localizado na Fazenda do Capão Campos Alto passou por deliberação da Câmara Municipal ou Reunião Plenária de revisão do Plano Diretor; dois: Caso negativo, qual a origem fundamento da citada definição? Três: Seja qual for pode se juntar a documentação de definição aos anais da CI? Esse é o requerimento cidadão do Senhor Sandoval de Souza Pinto Filho em discussão, ninguém que queira discutir, em votação, aprovado por unanimidade o requerimento cidadão número 3 de 2024 do Senhor Sandoval de Souza Pinto Filho. Eu gostaria, eu gostaria na sequência dessa reunião e de convidar a compra, gostaria de convidar a senhora doutora Procuradora Maria Geralda, por favor, doutora. Dando senhoras e senhores, dando prosseguimento a essa a essa reunião da Comissão Especial de Inquérito, a gente recebe aqui eh na condição de testemunha, a doutora Maria Geralda, Procuradora do Município. Doutora seja bem-vindo muito boa tarde, eh a a senhora está aqui né para atender a essa CPI na condição de testemunha e gostaria que a senhora se compromissasse em pautar pela verdade de acordo com a Lei Orgânica, Regimento Interno e Constituição Federal doutora.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Alô, boa tarde a todos os vereadores né sim me sinto compromissada né a pautar meu meu depoimento apenas na verdade, nos fatos que, relatar os fatos como ocorreram.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Muitíssimo obrigado, mais uma vez em nome dessa presidência, de todos os nobres Edis dessa CPI Doutora, quero passar a palavra então para o nosso relator Eduardo Cordeiro Matosinhos.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Maria Geralda boa tarde!

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Boa tarde, Eduardo!

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Eu gostaria de saber da doutora Procuradora se a época o Zelinho falou da participação dele, da não da não concordância de repasse do dos modelos a época ele deixou claro aqui. A época eh a senhora participou de algum parecer na condição de Procuradora?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Sim.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Ok eh teve acesso a outros pareceres?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Outras informações Eduardo, Pareceres não.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Tá e hoje então acho que as duas perguntas que cabe, continua como como Procuradora e hoje a senhora participou no no dessa atual gestão de do do emitindo algum parecer?



**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Não, sobre isso não.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** E teve acesso?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Também não.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Então sem mais pergunta, participou a época negando quando era o Zelinho né eh eu vou requerer ao final cópia do Parecer que Maria Geralda na época faz o embasamento contrário, pela pelo visto contrário né.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eu posso fazer um pequeno relato?

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Por favor, por favor .

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** A época acho que em 2014 não me recordo bem, mas acho que era isso mesmo, o Zelinho me chamou e disse que tinha interesse em atender esse pleito do Dr. Cláudio que como ele disse a época trabalhava na Prefeitura como assessor, que era uma coisa muito importante para a cidade e que salvo engano já havia até um recurso previsto no orçamento, acho que de 30 milhões e aí ele me incumbiu, o Zelinho, de fazer um estudo para viabilizar juridicamente essa transferência de recursos para a Pró-Vida né e aí eu comecei, o Dr. Cláudio entrou em contato comigo, foi me passando eh todas as informações que ele tinha, eh um requerimento com o custo que ele estimava na época, era uma coisa modesta não era uma coisa com profundidade não era uma planilha eh era um orçamento assim singelo, então eu comecei a estudar sobre aquilo e não existia a época nenhuma legislação que permitisse, que permitisse esse tipo de recurso, na época o Dr. Cláudio nos disse que em São Paulo isso era muito comum esse tipo de parceria que em São Paulo era muito comum, então eu cheguei pro Zelinho e disse: Ó zelinho, eu não quero passar para a história como a Procuradora que impediu a construção de um hospital em Congonhas, então eu quero ouvir uma pessoa que tenha eh experiência nisso eh muito melhor do que eu, que saiba melhor do que eu, então eu entrei em contato com um um escritório de advocacia em Belo em São Paulo cuja especialidade era isso, terceiro setor e aí eu e o Dr. Juliano que era o Procurador Geral, nós fomos lá, convidamos Dr. Cláudio não sei por que, por causa de agenda ele não conseguiu ir com a gente, e a época esse o advogado que nos atendeu disse que em São Paulo era comum, que as entidades administrassem os hospitais públicos não construísem hospitais públicos, então era terceirizada a administração dos hospitais que isso era muito comum em São Paulo, então eu voltei mais segura do meu não, porque a minguia de uma legislação federal, estadual ou municipal não tínhamos como e eh formalizar isso juridicamente, eu cheguei a elaborar até uma minuta de projeto de lei para que isso fosse possível em Congonhas, só que isso não chegou a sair do papel né, era um projeto de lei mas mesmo assim ele tinha obstáculos que talvez a Pró-Vida não conseguisse ultrapassar, porque teria que ter experiência né e que ela não tinha nenhuma experiência nisso e acho que até hoje não tem nesse tipo de coisa, então o meu parecer foi contrário na época e hoje nas mesmas condições seria da mesma forma né, então eu me lembro que a época a a Câmara me convocou, eu vim aqui, expliquei trouxe um material, projetei o material, expliquei item por item do que era o meu entendimento e distribui esse material para os vereadores também, num segundo momento acho que até a pedido do vereador Juca, eu vim para uma reunião com o Dr. Cláudio, com a Câmara e o Dr. Cláudio, então ele expôs a ideia dele, o que ele acreditava que seria possível e eu fui contrapondo a o que ele apresentava né e aí todos sabem o fim, não foi feito o repasse, logo depois entrou em vigor uma Lei Federal eh 13019 e essa lei permite esse tipo de parceria em tese né, em tese ela permite esse tipo de parceria, eu não saberia dizer a vocês se a situação da Pró-Vida se enquadra dentro das possibilidades dessa lei 13019 que foi aí vocês podem até questionar, mas essa lei é de 2014, então ela já existia, mas essa lei acho que demorou quase 2 anos para entrar em vigor então não era uma lei que depois ela foi teve uma outra acho que uma medida provisória que foi



convertida em lei que transformou essa lei completamente, ela continuou com o mesmo número mas o texto original dela acho que não guarda eh a menor semelhança. Então essa lei hoje ela permite muito esse tipo de parceria, tanto que as emendas impositivas que os senhores têm apresentado 90% delas têm sido possível em função dessa lei, das parcerias que são realizadas em em dentro do que permite essa lei, então Eh os os esse esse questionamento hoje de valores para Pró-Vida, não foram apreciados por mim, eu não tive acesso a eles porque hoje eu só estou trabalhando com licitações né acho que todo mundo já sabe, lá no jurídico a gente eh o trabalho é é distribuído por vamos dizer assim habilidades né, o que domina melhor uma coisa faz aquele trabalho, então isso não veio para mim, então quando eu digo a vocês que a lei 1319 possibilita isso, eu estou dizendo em tese, porque eu não analisei, ela tem requisitos, condições que tem que ser atendidos.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Dentro desse contexto, a senhora consegue localizar não é nenhuma obrigação, mas só a título de curiosidade para facilitar o trabalho quem é o o se é um se é um profissional só que emitiu esse parecer ou se é mais profissionais, o atual dos seus colegas.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eduardo, dos seus colegas não eu não sei quem emitiu esse parecer ok a gente OK tá porque o serviço é distribuído quem faz esse tipo de coisa é o Marcelo, o Ricardo, as meninas eh Procuradoras Adjuntos, o Marcelo acho que fez um de de Pró-Vida que eu não sei porque já foram uns dois ou três não foram situações? Então acho que o Marcelo fez um, acho, tô dizendo acho porque a gente trabalha na mesma sala, então e é comum que né os assuntos sejam mencionados, mas eh não sei te dizer com certeza quem emitiu o Parecer.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Aqui agradeço os colegas, em especial a nossa depoente Maria Geralda.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Obrigado Relator Eduardo Matosinhos, Lucas Bob com a palavra.

**Vereador Lucas Bob:** Boa tarde Maria Geralda!

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Boa tarde Lucas!

**Vereador Lucas Bob:** É muito importante a sua participação e presença aqui aos trabalhos nesta CPI e eu tenho alguns questionamentos tendo em vista até mesmo dentro da sua explanação, alguns pontos que me deixa bastante preocupado viu Presidente, com relação às ações e decisões que tenham sido tomadas pelo Chefe do Poder Executivo, até mesmo porque estamos aqui agora com uma depoente que acredito eu que tem mais de 30 anos em experiência em licitação, correto?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Sim, sim.

**Vereador Lucas Bob:** Mais de 30 anos de de experiência tem conhecimento, sabe o que está fazendo né, tem tem vivência, é servidora pública desde 94 Maria Geralda, se eu não me engano?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Desde 93, eu trabalhava antes em Ouro Branco.

**Vereador Lucas Bob:** Aí desde 93 servidora pública ou seja eh é indiscutível o conhecimento né que a senhora tem quando se trata de processo de licitação e principalmente hoje na área jurídica as recomendações do que pode ou não pode fazer né a título de orientação, né, sabemos que o Procurador lhe orienta né mas eh com total respeito, conhecimento, experiência



como a sua. E aí eh eu tenho alguns questionamentos, primeiro lá em 2015, você teve total segurança do seu não né de dar um parecer favorável a esses repasses a Associação Pró-Vida para construção de um hospital, não de administração de um hospital e hoje né se fosse novamente consultada a um parecer né favorável eh a esta ação também seria o o mesmo a mesma opinião correto?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Não, eu não disse isso, veja bem, aquela época não existia uma legislação, seja ela Federal, Estadual ou Municipal, tanto que eu minutei um projeto de lei que tinha como objetivo viabilizar isto, entendeu? E isso está dentro de um processo que eu mesma solicitei que fosse montado, deve estar no arquivo da da Prefeitura eh isso daí e Vereador Lucas Bob esse assunto não tem nada a ver com licitação, esse assunto do provida não se relaciona em nada com licitação tá, então na época eu fazia outro tipo de trabalho, eu comecei a trabalhar apenas com licitação em 2018 tá? Então na época o Zelinho me pediu isso, hoje eu não sei te responder o que seria o meu Parecer, eu disse que em tese diante da vigência da Lei 13019 que é uma lei federal é possível em tese, mas como eu não analisei nenhum dos elementos, eu não me sinto à vontade para dizer sim ou não, eu não analisei, eu não tive conhecimento de nada e volto a esclarecer esse assunto não se relaciona em nada com licitação.

**Vereador Lucas Bob:** Ok só para mim concluir Maria Geralda e até mesmo chegar aos meus questionamentos, eh hoje muito dos repasses que estão sendo realizados a associação Pró-Vida, tem sido através de termos de fomento né, parcerias e tivemos também um decreto que é o 7374 que dispõe sobre o processo de credenciamento prévio de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para para do que dispõe o artigo 30 inciso 6º da Lei Federal 319/2014 até mesmo mencionada por você e dentro né do objetivo desse Decreto que para mim nunca foi dúvida era de fato ter realmente esses termos de fomento junto à associação Pró-Vida, pois bem, muitas coisas que vem acontecendo Maria Geralda e hoje tendo esses termos de fomento e você com a sua experiência na na área de licitação, acredito que possa contribuir em algumas dúvidas, mérito da Associação Pró-vida com relação à capacidade técnica para execução de obras relacionada né a obras públicas, isto se eh deveria ou não a Associação Pró-Vida ter um um termo de capacidade técnica que comprove poder estar fazendo essas essas atividades que também é uma das que hoje é considerada pela Associação Pró-Vida, uma outra situação também que eu gostaria de saber dentro da sua opinião ou experiência se a Associação Pró-Vida, ela não deveria também apresentar um termo de um atestado de capacidade técnica relacionado à saúde né que é uma outra situação que não temos conhecimento e todos esses termos de capacidade técnica antes de 2020 que quando a discussão começou que foi em 2015. Acredito eu sei que isso não tinha e acredito mais uma vez que ainda não tem, esses termos de capacidade técnica eles não deveriam ser apresentados?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Olha, novamente eu vou dizer a você, eu não posso dizer categoricamente porque eu não fiz análise disso, mas eh eh eu acho que essa questão poderia ser esclarecida fazendo um checklist entre o que diz a lei 30319 e os documentos que foram apresentados pela Associação Pró-Vida né, sugiro que seja feito isso, acho que é uma coisa assim bem fácil de fazer, ver as exigências da Lei e ver o que foi atendido pela Pró-Vida, eu me sinto mais a vontade de fazer essa sugestão do que tecer comentário sobre o que eu não não participei, não estudei, não analisei.

**Vereador Lucas Bob:** Outro questionamento é até mesmo para ser mais um pouco direto, hoje na atual gestão qual a sua participação com relação à Associação Pró-Vida, o que que está relacionado à sua atuação hoje enquanto técnica e e e na questão de licitação que passa por sua mão?



**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Nada, não tem nenhum processo de licitação que envolva a Associação Pró-Vida, ao menos que seja, do seja do meu conhecimento.

**Vereador Lucas Bob:** Entendi, Presidente sem mais perguntas.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** O senhor tá encerrando vereador Lucas Bob? Tá, tá legal, mais algum Vereador? Averaldo.

**Vereador Averaldo:** Obrigado Excelentíssimo Presidente, Dra. Maria Geralda, é Doutora eu vou eu vou basear aqui a minha a minha pergunta e em uma vinda da senhora aqui na reunião na 15ª reunião ordinária 12/05/2015 onde houve um debate aqui de mais de 3 horas, a... Prefeito Zelinho, a senhora, Dr. Juliano, Dr. Cláudio e eu vou iniciar aqui porque eu tô com a reunião, tô com a transcrição aqui das falas, eu vou voltar em uma, eu vou fazer uma leitura aqui da fala do Presidente da Câmara naquela época, Vereador Coelhinho, onde ele diz: Semana passada vereador Rodolfo e eu fomos a Brasília, fomos a Brasília, ficamos na terça, quarta e quinta, tentamos de alguma forma eh com o deputado Padre João alguém especialista na lei 3010 porque nós entendemos que o município nem está preparado hoje para essa lei entrar em vigor e eu tenho recebido algumas ligações de Brasília essa lei não entra em vigor esse ano, essa lei vai ser a prorrogada por um ou dois anos para frente, então acho que muitas coisas vai que eu gostaria de entender o seguinte, o que muda se essa lei não entrar em vigor? Bom eh eu vou voltar agora eu vou agora na resposta da senhora, onde a senhora responde o seguinte: *"Presidente só um minuto por favor em relação ao questionamento que o senhor fez afirmativa né de que essa lei a lei nova 13019 não entrará em vigor esse ano, no meu ponto de vista a questão não altera, não altera em nada, porque a 9790 continuará em vigor e o Decreto que a regulamenta que é a 3100 Isso quer dizer o quê segundo o artigo 26 do decreto 3100 a escolha da organização de sociedade civil de interesse público para celebração de um termo de parceria deverá ser feito por meio de publicação de edital de concurso de projetos, então essa nova lei ela é mais detalhada mas a essência dela é a mesma então para mim continua do mesmo jeito em relação a essa necessidade da realização do concurso de projetos, ela é uma lei mais complexa mas para o nosso caso para o nosso estudo aqui a vigência dela não vai alterar em nada não, ela é mais clara né porque ela traz aquela situação da apresentação do projeto com a própria entidade pelo chamado terceiro setor. O que a 9790 que a 9790 não fez, foi omissa ela deixou essa questão solta, essa nova lei traz a forma bastante clara né, ainda que a apresentação do projeto seja pela seja pelo terceiro setor por uma OSCIP, não estamos dispensado do chamamento né, o que continua prevalece no artigo 23 do Decreto 3100 mesmo ela não entrando em vigor agora em Julho, então era só isso que eu gostaria de responder".* Bom naquela época a senhora afirmou que mesmo se ela entrasse em vigor encontraria outras barreiras que é né a questão do da Lei 9790 né do Decreto 3100 e também o artigo 24 da Lei 8666. Aí a pergunta agora eh a senhora já disse que naquela ocasião a senhora não encontrou caminho jurídico para que o Município fizesse essa parceria no modelo que o Dr. Cláudio queria, mas agora minha pergunta vai pra senhora, como funcionário como eh um funcionário efetivo da Prefeitura e como Procuradora, a pergunta é pra senhora Dra. Maria Geralda, a senhora afirmou lá em 2015 que mesmo se a lei entrasse em vigor não ainda eh esbarraria em outras barreiras e numa outra ocasião aqui a Senhora afirmou que deveria também ter uma legislação municipal, bom a legislação municipal hoje nós temos, mas ainda continua né a a 9790 o o Decreto 3100 E no momento que foi feito a esse esse credenciamento ou essa parceria o que seja, ainda estava em vigor a 8666 a pergunta é para a senhora como Procuradora tem como fazer a parceria nesse modelo ou não? Como Procuradora, não estou aqui perguntando se a senhora participou ou não do processo, a minha pergunta é a senhora como jurista, existe caminhos ou a senhora continua na fala da senhora de 2015 que mesmo se ela entrasse em vigor não teria como porque esbarraria em outros pontos e a gente vai conversar sobre isso pra frente.



**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Sim, veja bem, eh eu disse quando respondendo a pergunta do Eduardo Matosinhos, que essa Lei 3019 existia na época e que depois ela foi completamente reformulada, não sobrou praticamente nada, foi uma medida da então Presidente Dilma e não sobrou praticamente nada da redação anterior, então eu acredito que eu tenha dito afirmado isto eh de acordo com a regra que era naquela época, porque essa lei demorou mais de 2 anos para entrar em vigor e quando entrou em vigor ela estava ela era outra lei, ela do original ela só guarda o número 30019 mas ela foi completamente eh reformulada, então eu acredito que hoje os colegas que tenham emitido Parecer tenham analisado e seria leviano da minha parte emitir alguma opinião de caráter técnico sem ter conhecimento das informações de todos os elementos do processo, então eu digo isso não não me contradiz em momento nenhum porque eu já tinha dito, quando eu vim aqui existia esta lei mas ela foi completamente alterada e no jurídico quem fez os estudos para implantação dessa lei foram Dr. Ricardo e Dr. Marcelo a época, acho que em 2016 alguma coisa assim.

**Vereador Averaldo:** OK

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Só um minutinho, desculpa interromper, é porque a gente tá acostumado assim eh o parecer da gente é muito em cima das informações que tem o processo então sem conhecer né seria leviano da minha parte dizer, eu disse em tese é possível.

**Vereador Averaldo:** Ok eh eu eu não a minha pergunta doutora não é relacionada ao Parecer dos colegas eu fiz uma pergunta direcionada a uma Procuradora do Município, somente a doutora Maria Geralda, nesse momento eu não fiz eh eh eu não estou aqui questionando o parecer do seus colegas, eu estou fazendo uma pergunta como a senhora disse, a senhora hoje está no setor de licitação, então eu vou voltar só só para a senhora concluir aqui, então a senhora hoje não tem eh conhecimento na íntegra da Lei 3019.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eu não trabalho com ela e volto a dizer, licitação e lei 8666 não tem nada a ver com isso, nada, são antagônicos, não tem nada a ver, eu trabalho em em com a hoje com a com a eh 14133 que substituiu a 866 mas eh eu tô te dizendo assim sem eu não posso dizer para você a minha opinião sem conhecer os elementos né você não tá falando de parecer dos outros Procuradores, mas parece que o senhor deseja que eu emita um parecer verbal sobre um assunto que eu desconheço, que eu sei de ouvir falar.

**Vereador Averaldo:** Não, ok, na verdade eu perguntei a senhora, a senhora né um parecer eh principalmente aqui quando a senhora cita a senhora citou a lei 9790 a senhora citou o o o decreto de lei 3100 e foi citado também que para construção terias alguns questionamentos também referente à Lei 8666 que entraria nesse caso também só por isso que eu fiz a pergunta à senhora.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Mas talvez apenas só como elemento de comparação porque não se aplica nesse caso seria mais tipo a habilitação e a qualificação técnica.

**Vereador Averaldo:** Ok então vamos lá, eh a senhora pode pontuar quais foram as dificuldades Quais foram as barreiras que a senhora encontrou então lá em 2015 onde a senhora deu o parecer contrário?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Ô Vereador Averaldo, na época eu estudei detidamente esse assunto, então hoje seria difícil para mim e foram muitos pontos né, foi um material vasto de estudo que eu fiz, aí acho que demorou uns três meses então por exemplo, isso aí que o senhor leu, eu não me lembrava mais disso né, a idade já vai chegando e o tempo vai vai passando né,





eu até tentei eh achar esse parecer mas como eh para avivar a minha memoria, mas como isso já não tá mais nos meus arquivos porque a gente mudou de computador, teria que ser no processo e eu não assim não consegui encontrar a tempo.

**Vereador Averaldo:** A senhora, o número do processo daquela época então a senhora não lembra também qual foi o processo?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Nem, não não não lembro não, tem vai ter que pesquisar isso por assunto né, palavras chaves.

**Vereador Averaldo:** Entendi, a senhora...

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Foi eu mesma que pedi para montar esse processo porque eu estava trabalhando com documentos soltos né, o Dr. Cláudio trazia uma informação a gente juntava e depois eh isso foi consolidado num num num processo.

**Vereador Averaldo:** Ok então eh Presidente, eu vou vou voltar aqui um pouco então eh doutora hoje, a senhora encontra no setor de licitação?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eu trabalho na Procuradoria Jurídica e coordeno não o setor de licitação, mas as questões relacionadas à licitação dentro do jurídico é uma coordenação de área.

**Vereador Averaldo:** Ok eh então vou só voltar aqui, sair um pouco do tema do do hospital eh referente à à concorrência também ligado a provida, referente à concorrência PMC 024/2022 Ahã IPRC 388 de 2022 objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para instalação de sistema de aquecimento das piscinas do Parque das Cachoeiras do Parque das Cachoeiras no Município de Congonhas inclusive com fornecimento de material e mão de obra. A senhora teve acesso a esse processo? A senhora estava como coordenadora desde quando?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Desde o ano atrasado.

**Vereador Averaldo:** Então a senhora tá desde 2022?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Sim.

**Vereador Averaldo:** Tá ok, então...

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Mas esse processo é um processo de licitação?

**Vereador Averaldo:** Sim, então então esse processo já estava eh a senhora tá desde o ano de 2022, então esse processo a senhora teve acesso a ele, já estava sobre a a coordenação da senhora. Bom, o por que que eu tô falando sobre esse projeto, esse processo, por que? Esse processo ele foi revogado a pelo presente termo vem revogar o procedimento licitatório concorrência número ah PMC 024/2022 - PRC 388 de 2022 conforme razões de interesse público justificadas à folhas 531 e 534 dos Autos, nos modelos do que se dispõe a primeira parte do Artigo 49 da Lei 8666 de 93 bom e tem aqui um um despacho para revogar, onde foi feito aqui eh onde foi feito um despacho que diz que apresentou vantajosidade em fazer através da da Associação Pró-Vida e esse Despacho está assinado pelo Prefeito pelo Dr. Cláudio Antônio. A senhora tem conhecimento desse processo? Paralisou o processo e fez atrasar o processo.



**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eu gostaria de dizer primeiro para você entender a sistemática eh dessa como é que isso é tratado no jurídico, os processos vêm, todos os processos de licitação para a emissão do nosso Parecer né, ali é distribuído né, vai para mim e para mais duas, três colegas e eu reviso os Pareceres eh dos outros colegas e isso segue, então às vezes a gente emite os os Pareceres, eles têm caráter opinativo, eles não têm o caráter impositivo né não é porque a gente emitiu um parecer que a administração está obrigada a acatar aquilo, obviamente eh tem que ter uma justificativa, um argumento para não acatar né, às vezes de ordem técnica e tal, mas depois que esse parecer sai do jurídico, ele vai em geral para os contratos e licitações que dá prosseguimento na licitação, esse esse processo só volta pra gente depois de contratado para fazer algum aditivo de alteração no contrato, então depois que a gente emite o parecer, se esse processo não for concluído a gente não tem acesso a ele, ele não retorna para nós, no caso aí foi um despacho de conveniência né de de eh discricionariedade do Prefeito, certamente deve ter anexado ao processo elementos que justificam que eh a contratação através da da execução, através da Pró-Vida fosse mais vantajosa, não sei, talvez tivessem recebido já recebido as propostas em que em que eh em que momento que o processo foi revogado, o senhor saberia?

**Vereador Averaldo:** O processo foi revogado em...

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Não não a data, depois de receber propostas antes...

**Vereador Averaldo:** Não o processo, eu só tenho a data que o processo foi revogado, mas vou voltar então no campo jurídico novamente, a senhora como funcionária efetiva e como Procuradora, eh tinha um processo licitatório em andamento?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Correto.

**Vereador Averaldo:** Em andamento, é inclusive o processo ele...

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Certamente com o parecer do jurídico né?

**Vereador Averaldo:** Sim sim sim eh estaria em...

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** E às vezes até meu.

**Vereador Averaldo:** Tá, deixa eu pegar aqui, embolou aqui, só um minuto, ok eh vamos lá o processo estava, o processo de licitação estava com custo estimado de três milhões e duzentos e oitenta e oito mil reais, com o estudo de de vantajosidade ou que seja, através do Pró-Vida ficaria por 1 milhão e 400 mil, bem menos de de 50% né e como existe o caminho legal, a senhora como Procurador e como Jurista, você inicia um processo licitatório, aí você já tem um preço estimado, você vai pegar ele agora e jogar ele para a lei 3019 já tendo acesso ao valor, não seria uma burla?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Aí o que que o que que acontece, a justificativa foi interesse público.

**Vereador Averaldo:** Sim, deixa eu só tentar melhorar minha pergunta então, a construção através de um credenciamento ou de de um termo de parceria eh a lei permite construção de um bem público através de parcerias?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Se houver um um programa vinculado àquilo, então aí não seria construção, seria uma adaptação do que já existe, se uma entidade...





**Vereador Averaldo:** Mas nesse caso lá existe a piscina, não tinha aquecimento.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Existe a piscina, então não, sei, não não é construção é uma adaptação, construção faz surgir um bem novo e não surgiu um bem novo, ele já existia né então aí foi uma reforma, uma adequação, então isso que eu tô dizendo a você é que eu ouvi meus colegas Marcelo e Ricardo discutindo, não que eu tenha feito um estudo, mas na época volto a dizer, nós trabalhamos na mesma sala e as questões são discutidas né entre os dois principalmente esse tipo de coisa, uma licitação ela pode ser revogada por interesse público ou anulada por por ilegalidade, então são duas situações você revoga por interesse público ou você anula por ilegalidade, nesse caso do processo não tinha nenhuma ilegalidade, ele poderia ter prosseguido normalmente né, agora eh não acho que não não penso que seria uma burla porque desde o início poderia ser feito né se se fosse demonstrado dessa vantajosidade, em tese poderia ser feito com uma associação né uma entidade do do terceiro setor em tese, mas aí eh esse despacho aí de do Prefeito é é conveniência e oportunidade né, ele poderia fazer, agora eh quem o orientou tecnicamente a fazer isso, quem fez essa eu não saberia dizer, não é no jurídico.

**Vereador Averaldo:** Tá ok eh então no no mesmo se fosse pelo que entendi, mas se fosse esse parecer se a senhora fosse emitir esse parece a senhora entende então que lá a construção da das casas de bombas eh e todas as instalações referente ao aquecimento das piscinas a senhora entende então que é melhoria que é reforma.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Nesse caso específico, nesse caso específico, não seria construção de nada, deveria existir um programa desenvolvido pela entidade e o recurso seria para adaptar aquilo para o desenvolvimento dessa atividade, então, por exemplo, se fosse um curso de costura nós já tínhamos um salão, mas ele não tinha piso adequado, não tinha iluminação adequada, essa adaptação para o desenvolvimento do processo não teria problema nenhum.

**Vereador Averaldo:** Ok. Presidente eu encerro aqui por enquanto.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Averaldo Pereira da Silva, mais algum nobre edil que queira fazer algum questionamento à doutora Maria Geralda? Não, senhores? Dra. Eu gostaria em nome dessa CPI agradecer a presteza da senhora em ter estado aqui, agradeço pelo respeito, pelo apreço né com que tem com essa Casa e renovo aqui né nosso sentimento de respeito e gratidão à senhora, muito obrigado.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Eu que agradeço Vanderlei por essa né oportunidade e esse respeito são recíproco né por vocês todos eh e assim eu lamento não poder ter esclarecido mais pelo tempo que passou e pelo meu mínimo conhecimento da Lei 13019 eu não trabalho com ela mais, então talvez as perguntas algumas eu não tenha podido responder eh da forma que vocês esperavam né, eu não por desconhecimento dela como um todo tá bom, mas espero ter contribuído de alguma forma.

**Vereador Vanderlei:** Com certeza sim, resalto a tranquilidade da senhora em pautar de forma totalmente coerente né até com os próprios colegas, o cuidado que a senhora tem com o universo jurídico né por isso que a senhora é uma pessoa né muito respeitada na cidade de Congonhas, muito bem quista e essa CPI agradece esse, a fala da senhora tá, gostaria de ressaltar de forma regimental que caso necessite essa CPI estará novamente convocando a senhora Ok?

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Sim, sem problema.



**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Muito obrigado Doutora Maria Geralda, Procuradora do Município de Congonhas.

**Procuradora Dra. Maria Geralda:** Não há de quê, boa tarde a todos!

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Igualmente. Na sequência dessa reunião eu gostaria de convidar ao Dr. Juliano Cunha, Procurador do Município, segundo convocado, terceiro convocado dessa reunião Dr. Juliano Cunha, por gentileza. Gostaria que o Dr. Juliano Cunha se dirigisse, por gentileza doutor. Gostaria então de receber aqui excelentíssimo Dr. Juliano Cunha nosso Procurador do Município queria desde já agradecer a sua presteza a convocação dessa Casa que é baseada na lei 1579 no seu artigo 58, a lei das CPIs em conformidade também com o Regimento Interno dessa Casa, gostaria de dar as boas-vindas ao senhor e fazer um compromisso de que nós já sabemos que isso é uma conduta do senhor que sempre pauta pela verdade e que assim possa ser nessa CPI doutor, gostaria então de te deixar à vontade para suas considerações iniciais.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Sim, boa tarde Senhor Presidente da Comissão, senhores vereadores, estamos à disposição para que vocês eh entenderem necessários ao esclarecimento do objeto desta comissão.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Ok Dr. Juliano, eu passo então a palavra pro nosso Relator Eduardo Cordeiros Matosinhos.

**Vereador Eduardo Matosinhos:** Antecedeu vossa excelência a Maria Geralda e o ex-prefeito Zelinho, vou fazer uma pergunta a época quando Zelinho Prefeito, foi negado o modelo de modelo de transferência do recurso, o senhor participou do relatório que negou a época?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Vereador na época eu era o Procurador-Geral do Município e esse processo foi distribuído à Dra. Maria Geralda para manifestação de um parecer, de um estudo e um parecer com relação a isso, evidentemente que ela sempre me reportava todas as informações, participei de muitas reuniões pertinentes a isso, mas o parecer foi assinado por ela.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Ok então o senhor teve acesso e em tempos atuais o senhor teve acesso ou teve participação nesta data com esse governo?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Não, não, eu não eu não conheço o processo, esse processo não foi dirigido a mim em momento nenhum.

**Relator Vereador Eduardo Matosinhos:** Conhece o nome do profissional ou da profissional que manifestou atualmente?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Sim ah eh tomei conhecimento depois que era a Dra. Sheyla que manifestou no processo, mas quero esclarecer para vocês aqui e isso é muito importante que quando assumi a Procuradoria no início na na no primeiro semestre eh do governo do Zelinho eu instituí eh uma forma de trabalhar na Procuradoria, porque nós estávamos aumentando em muito o número de processos e não seria possível o Procurador Geral ter conhecimento de 5 a 6.000 processos que tramitam na Procuradoria do Município de Congonhas e que hoje se repete da mesma forma, o que que eu quero dizer com isso, que nós temos um coordenador eh de licitações que na minha época já era Maria Geralda e continua, nós temos um distribuidor que é o Dr. eh Dr. Guilherme hoje atualmente, nós temos o Coordenador de Execuções Fiscais e assim sucessivamente, então nós temos uma forma de trabalhar na Procuradoria e nos processos que às vezes são distribuídos aos Procuradores, o Procurador



Geral nem sempre tem o conhecimento de todos os processos que tramitam, evidentemente se tem alguma dúvida, alguma questão é reportado a mim, eu posso esclarecer a vocês que o Dr. Cláudio neste governo em momento algum conversou comigo sobre a a o Pró-Vida, em momento algum e acredito que tenha sido dessa maneira, acredito esclarecer para vocês, porque no passado eu eh como Procurador Geral havia manifestado contrariamente à transferência desse recurso, mas quero esclarecer aqui também que naquele momento dentro de uma conformidade jurídica e dentro de uma conformidade fática eh entendíamos e estivemos até em São Paulo eu e a Dra. Maria Geralda num grande escritório com especialidade neste assunto para obter eh mais subsídios a fim de de manifestar definitivamente acerca daquele recurso naquele momento histórico, só que também hoje nós temos uma lei 13.019, uma lei nacional que eh não existia naquela época, não havia, não existia no mundo jurídico aquela norma eh federal vigente e também acredito quero deixar isso aqui bem claro que por ter participado daquele momento, o Prefeito quis evitar um um constrangimento a minha pessoa de manifestar num processo dessa dessa natureza tendo em vista que no passado eu já havia manifestado dentro de uma seara jurídica completamente diferente dos dias de hoje, eh acredito, penso eu que ele quis evitar né um constrangimento de que eu pudesse vir a manifestar e no passado ter negado aquilo, acredito, não não posso, não posso afirmar.

**Vereador Vanderlei:** Obrigado Relator, mais algum vereador? Averaldo por gentileza.

**Vereador Averaldo:** Boa tarde Dr. Juliano eh doutor o senhor esteve no governo Dr. Cláudio eh responsável pela Procuradoria, pela Procuradoria, o senhor esteve interinamente como Procurador Geral, não é isso?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Eu não eu não aceitei o cargo de Procurador Geral porque financeiramente não não era vantajoso para mim, claro que eu contribuí dentro do aspecto eh da gestão da da Procuradoria, mas eu não ocupei o cargo de Procurador Geral, apenas a função de Coordenador Geral que a que é prevista hoje na estrutura administrativa da Procuradoria independentemente do cargo de Procurador Geral.

**Vereador Averaldo:** No caso só para para me entender a o tempo que o senhor esteve respondendo pela Procuradoria Geral, então no caso o senhor esteve ali informalmente algo assim? Porque o senhor ficou um tempo responsável porque a gente tratou muitas coisas com o senhor como representante da Procuradoria Geral e qual foi a data que o senhor esteve então nesse eh eh respondendo pela como Procurador Geral informalmente, na coordenação, em qu data?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Na Coordenação Geral julho se não me engano julho de 2023 até janeiro antes da nomeação do novo Procurador-Geral o Dr. Israel.

**Vereador Averaldo:** Sim, Ok e nesse nesse intervalo o Prefeito então não tratou nada referente ao Pró-Vida com o senhor?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** afirmo com letras eh garrafais, o Prefeito em momento algum conversou comigo sobre a Pró-Vida e nem processo também chegou à minha pessoa.

**Vereador Averaldo:** Tá ok, o senhor sabe se puder me responder claro, a doutora Sheyla ela é efetiva ou comissionada?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Ela ocupa o cargo de Procuradora Adjunta, nesse caso é comissionado.



**Vereador Averaldo:** Comissionado, então a doutora Sheyla é comissionada, Ok. Doutor referente a ao senhor ter manifestado contrário naquela época eh não mudaria nada pro senhor hoje né emitir um parecer é referente ao Pró-Vida até porque né a legislação mudou não é isso? Então eu não vejo nenhuma dificuldade né naquela época então quando o senhor e a Dra. Maria Geralda fizeram né os trabalhos em prol de encontrar uma saída jurídica para firmar esse termo de parceria, o senhor e a Dra. Maria Geralda não encontraram, hoje no caso né existe é uma legislação que não estava em vigência naquela época, então não teria dificuldade nenhuma em o senhor manifestar e muito menos de qualquer outro procurador efetivo manifestar.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Não tenha dúvida, mas essa essa questão ela é muito pessoal do Prefeito, eu não posso responder por ele né, eu eu acredito que em razão daquele momento histórico que nós tivemos até audiências públicas aqui eh e e foi muito contundente as defesas de pontos de vistas né tanto dele quanto de outros profissionais que aqui tiveram eh eh ele entendeu por bem que não deveria às vezes me colocar numa situação dessa é é uma hipótese que eu levanto, não posso não posso afirmar né, o que eu tenho a dizer que eu tenho um excelente relacionamento com o atual prefeito como eu tive com todos os outros, desde Gualter Pereira Monteiro até aos dias de hoje né, então não tenho absolutamente nada, pelo contrário.

**Vereador Averaldo:** Tá ok, o senhor, a Dra. Maria Geralda hoje ela ela é ela assume a coordenação no caso de licitação não é isso? é coordenação?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Ela hoje continua coordenadora da área de licitação.

**Vereador Averaldo:** Ok, referente aos termos de parceria, os termos de fomento inclusive e eh os que estão voltados à lei 1319 existe no caso aí, existe uma pessoa que está como, existe um coordenador referente a a 1319 a parceria os termos de fomento?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Não, não, a procuradoria ela é dividida em algumas áreas, que nós podemos dizer a área de licitação, área de execução fiscal, a área judiciária né e os processos administrativos, os processos decorrentes da Lei 1319 estão dentro da área de processos administrativos que qualquer procurador pode se manifestar de acordo com a distribuição feita dentro da Procuradoria tá.

**Vereador Averaldo:** Doutor, o senhor mencionou aqui que a Procuradoria ela é dividida em tem a coordenação e tem um distribuidor, o distribuidor ele distribui esses processos de acordo a o interesse do Prefeito já citando nome por nome ou ele distribui eh aleatoriamente dentro da procuradoria o o que está no caso ali não sei, o que tá mais eh que está com menos trabalho que tá tá que tá menos atarefado ou distribui de acordo a intenção do Prefeito, Prefeito chega e fala ó esse processo tem que ser distribuído fulo para fulano determinado procurador para determinada procuradora existe isso? Já chega no distribuidor dizendo para onde ele vai mandar?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Não o Dr. Guilherme que hoje é o distribuidor e o Dr. Ricardo já foi um dia, o Dr. Guilherme utiliza de alguns parâmetros objetivos, impessoais e que vão desde conhecimento da matéria que há Procuradores que têm mais afinidade com uma área do direito, outros menos e assim sucessivamente e os critérios são estabelecidos também pelo número de processos né, tem que haver um um um número de processos eh iguais para todos, claro que há situações que existem processos mais complexos em que às vezes um Procurador recebe um processo mais complexo e um outro dois mais simples né isso fica a critério do distribuidor de fazer essa distribuição a cada um dos Procuradores.

**Vereador Averaldo:** Tá então o distribuidor hoje é o Dr. Guilherme.





**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Sim.

**Vereador Averaldo:** O Dr. Guilherme, ele é efetivo ou comissionado?

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Servidor efetivo.

**Vereador Averaldo:** Efetivo tá, eh seguindo essa linha e tal o o processo não foi para a mão do senhor foi por sorte tal né não tem como o prefeito e ter ali privado o senhor por exemplo de um questionamento de um como o senhor menciona o senhor foi no caso né evitar um constrangimento e tal não foi isso aí é o o distribuidor distribuiu de acordo...

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Eu não diria sorte, eu eu diria que como diversos outros processos lá são distribuídos e existe uma situação que às vezes o Procurador vem conversar comigo né sobre uma situação muito específica, quer tirar uma dúvida trocar uma ideia com relação a isso, mas é importante frisar também que nós estamos falando de uma Procuradoria que fala em em torno aí de 5 a 6.000 processos

**Vereador Averaldo:** Sim.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Ah e o que eu disse aqui que às vezes o Dr. Cláudio não quis conversar comigo é em razão do que aconteceu no passado né, é uma hipótese levantada e legítima dele, perfeitamente legítima, não há problema nenhum com relação a isso.

**Vereador Averaldo:** Entendi. Doutor eh falando em complexidade, esse processo a construção do hospital na realidade eh eh eu acredito que seja um dos processos mais complexos que tenha passado na na Procuradoria porquê? Porque é um processo que se arrastou 2000 a intenção né de fazer de encontrar caminhos para construir esse hospital se começou no dia primeiro de Janeiro de 2021 né e foi conseguir eh um um despacho favorável o que foi final de de de 2023 para fazer a transferência do recurso, então e eh o senhor né, o senhor, a Dra. Maria Geralda, são eu acredito ali hoje são os mais experientes relacionado à Procuradoria e tempo e servidores efetivos do município, eh não é eh dá margem pelo menos me dá margem né para perguntar ou na minha cabeça eu questionar, um processo dessa complexidade em momento nenhum foi levantada a discussão eh com os dois Procuradores né mais antigos da Procuradoria no caso são vocês dois hoje né e com uma experiência vasta o senhor como já foi Procurador do Município chama atenção realmente que não houve essa discussão e que esse processo foi despachado por uma procuradora né procuradora adjunta que é um cargo comissionado, é só um... não não é uma pergunta.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Mas é importante esclarecer vereador que não é um processo dos mais complexos que a Procuradoria tem, há processos muito mais complexos, muito mais complexos judiciais e extremamente muito mais difíceis do que este, não se tem dúvida e hora nenhuma nunca um agente político discutiu sobre isso, porque são processos de competência da Procuradoria Geral de fazer o melhor, mas que não não teria como conversar com nenhum agente político sobre isso porque são processos 100% técnicos, juridicamente, tecnicamente jurídicos e muito mais complexos do que esse, mas eu estou me lembrando aqui dentro da sua da sua pergunta vereador, que naquele momento o senhor tá falando aí final de 2023, eu estava assoberbado de com diversos processos, elaboração de projetos de lei, que culminaram na vinda deles aqui estatuto do servidor público, plano de cargos e carreiras da administração pública e plano de cargos e carreiras da da educação, dentre mais 10 ou 12 que eu tive que focar nesse trabalho, exatamente neste período em que esse processo tramitou na Procuradoria.

**Vereador Averaldo:** Ok. Presidente eu encerro. Agradeço ao Dr. Juliano e encerro por aqui as minhas perguntas, os meus questionamentos.





**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Ok vereador Averaldo Pereira da Silva, mais algum nobre Edil? Eu gostaria Dr Juliano de agradecer mais uma vez a presença de vossa excelência a essa sessão e baseado no nosso Regimento e nas pautas da própria CPI, caso haja necessidade vossa excelência pode a qualquer momento ser convocado novamente, tá bom? No mais muito obrigado em meu nome e em nome dessa Casa e da CPI doutor.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Senhor Presidente da Comissão Vereador Vanderlei, nós agradecemos né pelo contrário e sempre estaremos à disposição de vossas excelências.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Nós sabemos disso doutor, muito obrigado senhor.

**Procurador Dr. Juliano Cunha:** Obrigado, muito obrigado.

**Presidente da Comissão Vereador Vanderlei:** Gostaria, eu gostaria no final dessa sessão de comunicar aos membros que aqui ainda estão que no dia próximo dia 1º de abril às 14 horas nós teremos a sétima Reunião da Comissão Especial de Inquérito da CPI do Pró-Vida, então no dia 1º de abril às 14 horas nesse Plenário senhores, obrigado.

CONF. BRUNO